

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2020

Edital de Pregão Presencial do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, visando a Aquisição de Equipamentos/Materiais e Serviços de Instalação, de acordo com o Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio nos Prédios Públicos municipais designados pela SMECTD, sendo com Participação EXCLUSIVA de Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP).

Data de Abertura: 10/12/2020 às 09hs

O MUNICIPIO DE SOBRADINHO/RS, torna público, para conhecimento dos licitação, objetivando interessados. está aberta aue Aquisição Equipamentos/Materiais e Serviços de Instalação, de acordo com o Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio nos Prédios Públicos municipais designados pela SMECTD, sendo com Participação EXCLUSIVA de Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), processando-se essa licitação pelo pregoeiro e a equipe de apoio, designadas pela Portaria nº 2234/2019 e 1861/2019, bem como nos termos da Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, e do Decreto Municipal nº 2933, de 30 de novembro de 2006, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666-93.

O presente processo licitatório é de participação EXCLUSIVA de Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP).

Serão observados as seguintes datas e horários para os procedimentos que seguem: 09:00 - dia 10/12/2020.

Local: Sala de Licitações do Centro Administrativo Municipal, sito à rua General Osório, 200, centro de Sobradinho/RS.

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: Juntamente com as propostas, as licitantes deverão enviar a declaração de "Pleno Atendimento aos requisitos da proposta e dos documentos de habilitação" e "Representação/Credenciamento", de acordo com o Capítulo V, deste Edital.



CAPÍTULO I- DO OBJETO

1 - São solicitadas propostas para :

Item	Unid	Qtde	Especificações
01	un	60	Extintor 2A 20BC 4KG. COM INSTALAÇÃO.
02	un	60	Placa de extintor de incêndio cód. 23 150x200mm, conforme ABNT NBR 13434-2:2004, fotoluminescente. COM INSTALAÇÃO
03	un	50	Placa de saída de emergência a direita cód. 13 150x300mm, conforme ABNT NBR 13434-2:2004, fotoluminescente. COM INSTALAÇÃO
04	un	40	Placa de saída de emergência a esquerda cód. 13 150x300mm, conforme ABNT NBR 13434-2:2004, fotoluminescente. COM INSTALAÇÃO
05	un	15	Placa de saída escada desce à esquerda cód.16 150x300mm, conforme ABNT NBR 13434-2:2004, fotoluminescente. COM INSTALAÇÃO
06	un	15	Placa de saída escada desce à direita cód. 16 150x300mm, conforme ABNT NBR 13434-2:2004, fotoluminescente. COM INSTALAÇÃO
07	un	15	Placa de saída escada sobe à esquerda cód.16 150x300mm, conforme ABNT NBR 13434-2:2004, fotoluminescente. COM INSTALAÇÃO
08	un	15	Placa de saída escada sobe à direita cód.16 150x300mm, conforme ABNT NBR 13434-2:2004, fotoluminescente. COM INSTALAÇÃO
09	un	114	Placa de saída de emergência sobre a porta cód. 17 150x300mm, conforme ABNT NBR 13434-2:2004, fotoluminescente. COM INSTALAÇÃO
10	un	250	Placa saída flecha cód. 14 150x300mm, conforme ABNT NBR 13434-2:2004, fotoluminescente. COM INSTALAÇÃO
11	un	52	Placa de indicação barra antipânico (aperte e empurre) 150x300mm, conforme ABNT NBR 13434-2:2004, fotoluminescente. COM INSTALAÇÃO
12	un	06	Placa de risco de incêndio cód.6 150x200mm, conforme ABNT NBR 13434-2:2004, COM INSTALAÇÃO.
13	un	80	Placa proibido fumar cód.1 150x150mm, conforme ABNT NBR 13434-2:2004, fotoluminescente. COM INSTALAÇÃO
14	un	03	Placa central de alarme 300x150mm, conforme ABNT NBR 13434-2:2004, fotoluminescente. COM INSTALAÇÃO



15	un	25	Placa alarme 150x200mm, conforme ABNT NBR 13434-2:2004, fotoluminescente. COM INSTALAÇÃO
16	un	25	Bloco autônomo 2x55 watts led 2000 lumens, COM INSTALAÇÃO
17	un	02	Sistema de alarme de incêndio com central endereçável e aviso sonoro, de acordo com o projeto 1 e 2, com instalação. Para orçar este item a empresa deve solicitar os projetos junto ao setor de engenharia para um orçamento mais preciso, COM INSTALAÇÃO
18	un	54	Recarga extintores 4Kg, Classe 2A 20BC, INCLUSIVE RETIRADA E INSTALAÇÃO NOVAMENTE DO EXTINTOR NO LOCAL.
19	un	01	Recarga extintores 4Kg, Classe 2A 30BC, INCLUSIVE RETIRADA E INSTALAÇÃO NOVAMENTE DO EXTINTOR NO LOCAL.
20	un	01	Recarga extintores 4Kg, Classe 3A 20BC, INCLUSIVE RETIRADA E INSTALAÇÃO NOVAMENTE DO EXTINTOR NO LOCAL.
21	un	07	Recarga extintores 6Kg, Classe 3A 20BC, INCLUSIVE RETIRADA E INSTALAÇÃO NOVAMENTE DO EXTINTOR NO LOCAL.
22	un	02	Barra antipânico tipo "push" (radial) para folha de porta metálica simples. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO
23	un	03	Barra antipânico tipo "push" (radial) dupla, para folha de porta metálica dupla. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO
24	un	04	Barra antipânico tipo "touch" dupla, para folha de porta de vidro dupla. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO
25	un	03	Barra antipânico tipo "touch", para folha de porta de vidro simples. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO

2 - Nos preços ofertados deverão estar inclusos todos os custos relacionados ao fornecimento e instalação dos equipamentos nos locais indicados pela SMECTD e onde for o caso deverá ser removido o equipamento antigo.



- 3 A empresa deverá providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Município, substituindo os mesmos quando necessário.
- 4 A Secretaria Municipal Requisitante realizará a fiscalização dos serviços
- 5 A empresa vencedora deverá:
- a) prestar os serviços na forma e condições determinadas no Edital.
- b) manter, durante todo o prazo de execução, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.
- 6 A(s) empresa(s) deverá(ão) fornecer a(s) quantidade solicitada(s) pelo Município, não podendo portanto, estipular em sua proposta de preços, o fornecimento de quantidades mínimas ou máximas.
- 7 Os produtos deverão estar em conformidade com as normas e padrões da ABNT/NBR Associação Brasileira de Normas Técnicas, do INMETRO Instituto Nacional de Metrologia e de outras normas regulamentadoras aplicáveis aos objetos, em vigor (caso houver).

CAPÍTULO II- DOS PRAZOS

- 1 O prazo de entrega e instalação dos equipamentos será de até 20(vinte) dias, contados a partir do dia da emissão da Ordem de compras, podendo ser prorrogado desde que justificado e aceito pela administração.
- 2 A entrega e instalação deverá ser realizada pela empresa Vencedora nos locais Indicados no Termo de Referência
- 3 Incumbe ao licitante vencedor o ônus da prova da origem do defeito.
- 4 O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da sua entrega.

CAPÍTULO III- DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 1 Poderão participar desta licitação, os interessados que atendam a todas as exigências constantes neste procedimento licitatório e em seus anexos.
- 2 Estarão impedidos de participar da presente licitação:
- 2.1 os interessados suspensos do direito de licitar com a Administração Municipal de Sobradinho, no prazo e nas condições do impedimento;
- 2.2 os interessados que tenham sido declarados inidôneos para Administração Municipal, Estadual ou Federal;



2.3 – os enquadrados no artigo 9º da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

CAPÍTULO IV- DA(S) DOTAÇÃO (ÕES) ORÇAMENTÁRIA(S)

1 - As despesas decorrentes deste procedimento licitatório correrão à conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s), constante(s) no Orçamento para 2020 da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Secretaria Municipal de Educação

Recursos: FUNDEB, MDE, SALÁRIO EDUCAÇÃO E LIVRES

CAPÍTULO V- DA REPRESENTAÇÃO/CREDENCIAMENTO

- 1 A documentação referente a "Representação/Credenciamento" e a Declaração de "Pleno Atendimento aos requisitos da proposta e dos documentos de habilitação" (nos termos do modelo em anexo) **deverão ser apresentadas fora** dos envelopes de PROPOSTA e HABILITAÇÃO.
- 1.1 Os documentos acima especificados deverão ser entregues juntamente com os 02 (dois) envelopes da empresa, até a data de recebimento determinada no preâmbulo deste Edital.
- 2 Caso não seja apresentado o documento referente a "Representação/ Credenciamento", os envelopes de proposta e de habilitação serão aceitos, porém a empresa licitante estará impedida de participar da etapa de lances verbais e de praticar todos os demais atos posteriores inerentes ao certame.
- <u>3 Caso não seja apresentada a declaração de "Pleno atendimento aos requisitos da proposta e dos documentos de habilitação" fora dos envelopes de nº 01 e 02, a empresa será automaticamente eliminada do certame.</u>
- 4 A licitante, ao se cadastrar para participar deste procedimento licitatório, deverá fazê-lo, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.



5 – O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

a) se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:

- a.1) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- a.2) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhada de documento que comprove a eleição de seus administradores;
- a.3) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- a.4) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

b) se representada por procurador, deverá apresentar:

- b.1) instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante devidamente reconhecida, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1°, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; <u>ou</u>
- b.2) credenciamento, nos termos do modelo anexo ao presente edital, outorgado pelo(s) representante(s) legal(ais) da licitante, com firma reconhecida, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas, apresentação de lances verbais e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

Observação: No caso de apresentação do credenciamento conforme a letra "b.2" acima, o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

- 6 Para exercer o direito de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatório a presença do licitante ou de seu representante (devidamente credenciados) em todas as sessões públicas referente à licitação.
- 7 O representante/credenciado poderá representar empresas distintas, desde que as mesmas não participem do(s) mesmo(s) lote(s), ou seja, não sejam concorrentes



entre si e que apresente uma representação/credenciamento para cada uma das empresas que irá representar.

- 7.1 Não será aceita a apresentação de 01 (um) único documento de representação/credenciamento contemplando duas ou mais empresas.
- 8 Caso ocorra a participação de duas ou mais empresas de um representante/credenciado, o Pregoeiro irá desclassificar o(s) lote(s) nos quais se verifique concorrência entre as mesmas.
- 9 Deverá apresentar **DECLARAÇÃO**, firmada por responsável (contador ou técnico contábil), de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte (nos termos do modelo em anexo). fora dos envelopes de PROPOSTA e HABILITAÇÃO e no momento da entrega dos mesmos,

Parágrafo único: A não apresentação das declarações especificadas no item 9 acima, é motivo de inabilitação da licitante.

- 10 − O uso de telefone celular durante a sessão de lances dependerá de prévia permissão da Pregoeira.
- 11 No caso de envio dos envelopes, via correio ou outro meio, também deverá ser enviada a declaração de "Pleno atendimento aos requisitos da proposta e dos documentos de habilitação", (conforme modelo anexo ao Edital) fora dos envelopes de PROPOSTA e HABILITAÇÃO. Na falta deste documento a empresa será automaticamente eliminada do certame. O município não se responsabiliza por envelopes enviados via correio ou outro meio de transportes que não cheguem até o horário estabelecido para a abertura dos mesmos.
- 12 A licitante, cujo representante apresentar-se ao local de realização da sessão pública após abertura do primeiro envelope "proposta" será considerada retardatária. Nesta hipótese admitir-se-á sua participação tão-somente como ouvinte.

CAPÍTULO VI - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

1. Para participação no certame, a licitante, além de atender ao solicitado no credenciamento, deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de n° 1 e n° 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:



AO MUNICÍPIO DE SOBRADINHO EDITAL DE PREGÃO N.º 34/2020 ENVELOPE N.º 01 - PROPOSTA PROPONENTE (NOME COMPLETO) TELEFONE PARA CONTATO: EMAIL: ENDEREÇO COMPLETO:

AO MUNICÍPIO DE SOBRADINHO EDITAL DE PREGÃO N.º 34/2020 ENVELOPE N.º 02 - DOCUMENTAÇÃO PROPONENTE (NOME COMPLETO) TELEFONE PARA CONTATO: EMAIL:

2. Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

CAPÍTULO VII - DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 1 As propostas de preços constantes no ENVELOPE N.º 01 deverão ser apresentadas de forma legível (preferencialmente digitadas ou datilografadas), em moeda corrente nacional, com duas casas decimais após a vírgula, assinadas, com a identificação da empresa licitante (por meio do nome ou carimbo ou papel timbrado) isentas de emendas, rasuras ou entrelinhas e contendo as seguintes informações:
- a) o valor unitário dos subitens contados, bem como o total do item cotado, de acordo com as condições de pagamento estabelecidas no presente processo
- b) informar agência bancária e número da conta corrente em nome da empresa, para fins de depósitos de pagamentos.
- 2. Informar a marca dos produtos contados,
- 3 Prazo de garantia dos equipamentos quanto a fabricação e instalação dos mesmos, não inferior à 12 meses da data de entrega.



Observações:

- 1 A apresentação da proposta será considerada como evidência de que a proponente examinou criteriosamente as exigências deste processo de licitação e os julgou suficientes para a elaboração de sua cotação de valores, sendo, portanto desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte do licitante.
- 2 No preço proposto considerar-se-ão inclusos todos os custos referentes a materiais, equipamentos e ferramentas, bem como todas as despesas e obrigações relativas a salários, assistência técnica (quando solicitada), previdência social, tributos, contribuições, seguros, material de consumo, frete, lucro e tudo mais que for necessário até a entrega final do serviço licitado ao Município.

CAPÍTULO VIII- DA HABILITAÇÃO

1 - Para fins de habilitação neste Pregão, o licitante deverá apresentar, dentro do ENVELOPE N.º 02, os documentos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e declarações a seguir relacionados:

Habilitação Jurídica:

- 1.1 Registro comercial, no caso de empresa individual;
- 1.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhada de documento que comprove a eleição de seus administradores:
- 1.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 1.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 1.5- Cartão CNPJ

Parágrafo Primeiro: Independente do documento apresentado, o objeto social da licitante deverá ser compatível com o objeto licitado.

Parágrafo Segundo: A licitante fica dispensada da apresentação dos documentos acima especificados, caso já tenha apresentado os mesmos por ocasião da fase de representação/credenciamento.



Regularidade Fiscal:

- 1.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal, dentro de seu período de validade;
- 1.6 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, abrangendo todos os tributos de competência do Município e relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade;
- 1.7 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, abrangendo todos os tributos de competência do Estado e relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade;
- 1.8 Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos Federais, administrados pela Secretaria da Receita Federal), dentro de seu período de validade.
- 1.9- Certidão negativa de falência e concordata;
- 1.10 Certidão de regularidade trabalhista, que consiste na inexistência de débito perante a Justiça do Trabalho, que será comprovada através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, bem como da Certidão Positiva com efeito de negativa, conforme nova redação do art. 642-A, da Consolidação das Leis do Trabalho CLT, trazida pela Lei nº 12.440/2011.

Parágrafo Único: Poderá ser apresentada, em substituição ao exigido no item 1.9 do subitem acima, a Certidão Negativa de Infrações Trabalhistas à Legislação de Proteção à Criança e ao Adolescente, fornecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, dentro de seu período de validade.

Declarações:

- 1.11 Declaração, nos termos do modelo anexo a este edital, assinada pelo licitante, onde conste:
- a) que a empresa não foi considerada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e de que comunicará a ocorrência de fatos supervenientes impeditivos para a sua participação no presente processo licitatório;
- b) o cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos).



- 2 Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz.
- 2.1 Se a licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos, que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 3 Os licitantes cadastrados junto ao Município de Sobradinho RS poderão apresentar o Certificado de Registro Cadastral CRC, em substituição aos documentos exigidos nos subitens 1.5 a 1.10 deste capítulo.
- 3.1 A substituição prevista no item acima somente será aceita se o Certificado de Registro Cadastral CRC apresentar como válidos, todos os documentos acima exigidos. Se algum(ns) do(s) documento(s) estiver(em) vencido(s), deverá(ão) ser apresentado(s) junto com o Certificado de Registro Cadastral.
- 4 Os documentos que dependam de prazo de validade e que não contenham esse prazo especificado no próprio corpo, em lei ou neste processo, devem ter sido expedidos em no máximo 03 (três) meses anteriores a data determinada para a entrega dos envelopes.
- 5 Os documentos (exceto o Certificado de Registro Cadastral) deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor desta Administração ou por via eletrônica (internet), desde que devidamente autorizado pelo órgão competente.
- 6 O Certificado de Registro Cadastral CRC poderá ser apresentado em original, através de cópia autenticada ou cópia simples. A aceitação de sua autenticidade estará condicionada a verificação por servidor deste Município.
- 7 Em caso de autenticação de documentos por servidor deste órgão, os licitantes deverão apresentar os documentos a serem autenticados na sala de licitações.
- 8 A critério da Pregoeira poderão ser solicitados esclarecimentos, assim como serem efetuadas diligências, visando a confirmar a capacidade técnica, gerencial e administrativa das empresas concorrentes, vedando-se, porém a inclusão posterior de informação ou documento que deveria constar originalmente junto aos envelopes de n.º 01 ou 02 das licitantes.
- 9 A microempresa, a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos nos itens 1.5 a 1.9 deste capítulo, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova habilitação, que comprove a sua regularidade em dois dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.



- 9.1 O prazo acima determinado poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.
- 10 O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos exigidos no Envelope de n.º 02, devendo inclusive apresentar aqueles referentes a regularidade fiscal, ainda que apresentem alguma restrição.
- 11 A não regularização da habilitação, no prazo fixado, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas neste procedimento licitatório, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

CAPÍTULO IX - DA ABERTURA E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DA HABILITAÇÃO

- 1 No dia, hora e local designados no preâmbulo deste instrumento, na presença dos licitantes e demais pessoas interessadas, a Pregoeira dará início a sessão de abertura do procedimento licitatório.
- 2 A audiência para abertura dos envelopes será pública, sendo que cada licitante somente participará com um representante legal ou credenciado junto a mesa.
- 3 Primeiramente, a Pregoeira irá analisar e se manifestar em relação à documentação apresentada fora dos envelopes de propostas e de habilitação, se houver.
- 3.1 Neste momento será solicitado aos representantes das empresas licitantes, a apresentação de documento de identidade (carteira de identidade, de motorista ou outro documento com fé pública).
- 3.2 A documentação apresentada será rubricada pela Pregoeira e pelos licitantes credenciados.
- 4 A seguir, será efetuada a abertura dos Envelopes de n.º 01 Propostas, sendo o conteúdo dos mesmos rubricados pela Pregoeira e pelos licitantes credenciados.
- 5 Nesta fase, a pregoeira irá analisar as propostas apresentadas de acordo com as condições exigidas neste instrumento licitatório, desclassificando aquelas que:
- a) não atenderem as exigências contidas no objeto desta licitação e/ou que não atenderem aos requisitos do edital;
- b) as que apresentarem valores excessivos ou manifestamente inexequíveis.



- c) as que contiverem opções de preços alternativos ou baseadas exclusivamente em proposta dos demais licitantes;
- d) as que forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas, ou que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente.
- e) contiverem emendas, rasuras ou entrelinhas que tornem a mesma ilegível;
- f) provirem de empresas que não satisfizeram compromissos anteriores com a Administração Pública ou que foram declaradas inidôneas pela mesma.
- 5.1 Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.
- 5.2 No tocante aos preços apresentados, os mesmos serão verificados quanto à exatidão das operações aritméticas que resultaram no valor total cotado. Constatada divergências de valores, a pregoeira irá considerar como válido o valor total cotado pela empresa ou conforme o caso, desclassificar a proposta apresentada, por apresentar valores inexequíveis.
- 6 Verificada a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no procedimento licitatório, a Pregoeira efetuará a classificação das mesmas, apurando-se neste momento, o autor da oferta de menor valor unitário, todos os demais licitantes que apresentarem propostas com valores até 10% (dez por cento) superiores a de menor preço.
- 6.1 As licitantes que se enquadrarem nas condições especificadas acima poderão fazer lances verbais e sucessivos até a proclamação do vencedor.
- 7 Não havendo, pelo menos 03 (três) propostas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), contando inclusive o primeiro classificado, oferecer novos lances verbais e sucessivos quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.
- 8 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de classificação das mesmas e/ou determinação da ordem de oferta dos lances.
- 9 A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços.
- 10 'E vedada a oferta de lance com vista ao empate, podendo, entretanto, o licitante apresentar um lance superior ao de menor preço ofertado (o qual seria o seu limite).



- 11 Não poderá haver desistência dos lances já ofertados (salvo em casos de desconsideração dos mesmos por parte da pregoeira) sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas neste Edital.
- 12 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela pregoeira, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo mesmo, para efeito de ordenação das propostas.
- 13 Caso não se realize lances verbais, será verificado a conformidade entre a propostas escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, a Pregoeira, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.
- 14 A etapa competitiva será finalizada no momento em que todos os licitantes, quando, convocados pela Pregoeira, manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.
- 15 Encerrada a etapa competitiva e ordenada as ofertas, de acordo com o menor preço ofertado, a Pregoeira verificará a aceitabilidade da proposta de menor valor, comparando-a com os valores previamente apurados pelo Município (constantes no ANEXO I deste procedimento licitatório) decidindo motivadamente a respeito.
- 15.1 O critério de julgamento adotado pela pregoeira será o de menor preço unitário.
- 16 Apurados os menores preços de todos os lotes em disputa, será(ão) aberto(s) o(s) envelope(s) n.º 02, contendo a documentação de habilitação da(s) licitante(s) vencedora(s), verificando-se neste momento, o atendimento das exigências constantes no Capítulo VIII deste procedimento licitatório.
- 17 Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o(s) licitante(s) será(ão) declarado(s) vencedor(es), sendo adjudicado o objeto do certame.
- 18 Em sua análise, a Pregoeira poderá desconsiderar simples omissões, erros e falhas formais sanáveis, desde que sejam irrelevantes e não prejudiquem o entendimento do conteúdo exigido no Envelope n.º 01 (Propostas) ou Envelope n.º 02 (Habilitação).
- 19.1 Não será prejudicial ao entendimento do conteúdo exigido nos Envelopes n.º 01 e/ou de n.º 02 (Habilitação), entre outros, a falta da indicação da razão social completa da empresa, endereço atualizado, CNPJ, telefone/fax/email (se houver) e o nome da pessoa indicada para contatos.
- 19 Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, a Pregoeira inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das



licitantes, na ordem de classificação e, assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital.

- 20.1 Neste caso, a Pregoeira poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.
- 20 A documentação constante no Envelope de n.º 02 será rubricada pela Pregoeira e pelos licitantes credenciados.
- 21 Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, as propostas escritas e verbais apresentadas, a análise da documentação exigida para habilitação e as eventuais manifestação(ões) de interposição de recurso. A mesma deverá ser assinada pela Pregoeira, pela Equipe de Apoio e pelos representantes dos licitantes credenciados, no ato de encerramento da sessão.
- 22 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

CAPÍTULO X- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 1 Ao final da sessão, qualquer licitante presente poderá manifestar sua intenção de interpor recurso, com registro em ata da síntese das suas razões apresentadas por escrito e no prazo de 03 (três) dias a contar do encerramento da sessão, esse licitante recorrente poderá juntar memoriais e provas ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começam a correr do término do prazo do recorrente.
- 2 A falta de manifestação imediata do licitante importará em decadência do direito ao recurso.
- 3 Em caso de recurso, a Pregoeira poderá suspender o andamento do procedimento licitatório até a decisão de mérito do recurso.
- 4 O acolhimento do recurso importará, no máximo, na invalidação apenas dos atos insusceptíveis de aproveitamento.
- 5 A manifestação de recorrer deverá ser feita na própria sessão do Pregão Presencial e será reduzida a termo em ata.
- 6 As razões e contrarrazões do recurso deverão ser encaminhadas, por escrito, a Pregoeira, no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital.



CAPITULO XI- DA HOMOLOGAÇÃO

1 — Homologado o resultado da licitação, o Município, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores, convocará os interessados para assinatura do contrato que, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

CAPÍTULO XII- DOS EMPENHOS

- 1 O compromisso de fornecimento estará caracterizado após o recebimento da nota de empenho, que será emitido de acordo com o valor constante na proposta vencedora.
- 2 A emissão do(s) empenho(s) será(ão) autorizada(s) pelo titular da pasta à qual pertencer a unidade requisitante, ou pela autoridade por ele delegada.

CAPÍTULO XIII - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 1 O pagamento será efetuado a vista de acordo com a Nota Fiscal e a conferencia dos produtos e serviços pelo Fiscal da Secretaria de Assistência Social.
- 2 Para pagamento, a empresa deverá apresentar ao Setor de COMPRAS, localizada no Centro Administrativo Municipal a nota fiscal e/ou fatura do(s) produto(s) entregue(s) de acordo com a respectiva autorização de compras, devendo ser emitida em nome do Município de Sobradinho e conter no corpo da nota fiscal Edital de Pregão Presencial nº 24/2020, assim como o seu enquadramento fiscal atual (se optante do simples, em qual anexo se enquadra) e efetuar as retenções devidas na própria nota fiscal.
- 3 Todos os pagamentos serão feitos mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- 3.1 Nota fiscal referente ao fornecimento;
- 4 Nos pagamentos efetuados após a data de vencimento, por inadimplência do contratante, desde que entregue o(s) produto(s), incidirão juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, até a data da efetivação do pagamento.

CAPÍTULO XIV- DAS SANÇÕES

1 - Pela inexecução total ou parcial da ordem de fornecimento (nota de empenho), o Município poderá, garantida a defesa prévia, aplicar as sanções previstas na Lei n.º 8.666/93 e alterações, consubstanciadas com as sanções previstas na Lei Federal n.º 10.520 de 17/07/2002.



- 2 As penalidades serão:
- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- 3 Será garantido ao licitante, o direito prévio da citação e da ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contra quaisquer das situações acima previstas.
- 4 Essas penalidades serão aplicadas a critério do Município, e, sempre que aplicadas, serão devidamente registradas.
- 5 Serão aplicadas as penalidades:
- 5.1 Quando houver recusa injustificada da empresa em assinar o contrato
- 5.2- Quando houver recusa injustificada da empresa em retirar a ordem de fornecimento (empenho), dentro do prazo estabelecido pela Administração;
- 5.3 Sempre que verificadas pequenas irregularidades;
- 5.4 -Quando houver atraso injustificado na entrega do(s) material(ais) solicitado(s) e/ou execução do(s) serviço(s) por culpa da empresa;
- 5.5 Quando não corrigir deficiência apresentada no(s) material(ais) entregue(s) e/ou no(s) serviço(s) executado(s);
- 5.6 Quando houver descumprimento das cláusulas constantes no contrato ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente.
- 6 Para o caso previsto no subitem 5.1 será aplicada uma multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total estimado e homologado.
- 7 Para o caso previsto no subitem 5.2 será aplicada uma multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado.
- 8 A advertência por escrito será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, sempre que se verificarem pequenas irregularidades (subitem 5.3). A sua reiteração demandará a aplicação de pena mais elevada, a critério do Município.
- 9 A multa será de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total registrado, para o caso previsto no item 5.4, limitado ao prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.
- 10 Para os casos previstos no subitem 5.5 será aplicada a multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do item ou subitem.
- 11 Para os casos previstos no subitem 5.6 será aplicada a multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado.



- 12 A multa prevista nos itens anteriores não impede que o Município rescinda unilateralmente a Ata de Registro de Preços e aplique as outras sanções previstas na lei.
- 13 A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo Município ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
- 14 A suspensão temporária de contratar com a Administração Municipal ou declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública será aplicada nos casos de maior gravidade depois de exame por Comissão especialmente designada pela Prefeita Municipal.
- 15 As penalidades previstas não serão relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito.
- 16 Além das situações previstas acima, os preços registrados também poderão ser suspensos pelo prazo de 01 (um) ano, facultado a defesa prévia do interessado, nos seguintes casos:
- 16.1 Pela Administração, quando:
- a). Houver dúvida e se verificar que os preços ofertados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
- b) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.
- 16.2 Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem à obrigação.
- 17 A comunicação do cancelamento ou da suspensão da entrega, nos casos previstos nos itens acima será feita por correspondência com aviso de recebimento (AR), juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.
- 18 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do Município, considerando-se cancelado ou suspenso a partir da publicação.
- 19 A solicitação do fornecedor para cancelamento somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração, se apresentada antes da data da convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.



CAPÍTULO XV- DAS CONDIÇÕES E LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 1 − O objeto desta licitação deverá ser entregue conforme itens do Anexo I, correndo por conta da contratada as despesas de instalação, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas entre outros decorrentes da execução do contrato, devendo ser entregues nos locais indicados pela secretaria no momento da solicitação.
- 2 O atestado de entrega correta do objeto desta licitação será feita pelos fiscais do contrato, que poderão agir em nome do contratante.

CAPÍTULO XVI- DOS DIVERSOS

- 1 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do Município de Sobradinho— RS, a finalidade e a segurança da contratação.
- 2 Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente aos ora fixados.
- 3– O procedimento licitatório, do qual é parte integrante o presente Edital, bem como sua minuta de Contrato, foram aprovados pela Procuradoria Jurídica do Município, nos termos do parágrafo único do artigo 38 da Lei n.º 8.666/93 e alterações.
- 4 O(s) envelope(s) de proposta(s) e/ou de HABILITAÇÃO pertinentes a este edital e que não for(em) aberto(s) ficará(ão) em poder da Pregoeira pelo prazo de 30 (trinta) dias a contar da homologação da licitação, devendo o licitante retirálo(s) sob pena e inutilização do(s) mesmo(s).
- 5 A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.
- 5.1 A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato.



- 5.2 Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 6 Os avisos de julgamento de documentação e/ou de propostas e demais atos oficiais da Administração serão publicados, quando necessários, na imprensa oficial do município.
- 7 Fica eleito o Foro da Comarca de Sobradinho- RS para nele serem dirimidas quaisquer dúvidas decorrentes da presente licitação, com renúncia de outros ainda que privilegiados.
- 8 Este processo de licitação permanecerá afixado no quadro de avisos localizado no Setor de Licitações do Município, e estará disponível no site www.sobradinho.rs.gov.br .

CAPÍTULO XVII- DOS ANEXOS

1 – Fazem parte integrante deste procedimento, os seguintes anexos:

ANEXO I – Modelo de Credenciamento;

ANEXO II – Declaração de enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou como cooperativa;

ANEXO III - Modelo de declaração de pleno atendimento aos requisitos da proposta e dos documentos de habilitação;

ANEXO IV - Modelo de declaração de idoneidade e em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal

Sobradinho, 27 de Novembro de 2020.

LUIZ AFFONSO TREVISAN Prefeito



ANEXO I - MODELO DE CREDENCIAMENTO

A empresa	estabelecida	inscrita no CNPJ nº	
através do preser	ite, credencia o Sr(a).	,portador(a) da cédul	la de
identidade nº	, CPF n°	_, a participar da licitação insta	urada
		lalidade de Pregão Presencial sob	
34/2020, na quali	dade de REPRESENTAN	NTE LEGAL, outorgando-lhe p	lenos
poderes para pron	unciar-se em nome da em	presa, bem como formular propo	ostas,
lances e praticar to	dos os demais atos inerent	tes ao certame.	
	,de	de 2020	
	, uc	uc 2020.	
Nome legível do(s) outorgante(s)		
OBSERVAÇÃO:	Ao sa utilizar desta	modelo, o mesmo deverá	actor
		le investidura do outorgante	
•	-	Social ou documentação equival	
-	1.1 a 1.4 do Capítulo IX de		,
<u>-</u>	-	DO ENVELOPE DE PROPO)STA
,	1 – PROPOSTAS DE PRE		



ANEXO II - Declaração de enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte (para fins de benefício das disposições do capítulo v da lei complementar n.º 123/06) ou como cooperativa (nos termos do art. 34 da lei n.º 11.488/07)

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO

	A empresa	, inscrita no CNPJ
n°		, por intermédio de seu responsável (contador
	técnico	contábil), CPF nº
		, declara, para fins de participação na licitação de n.º
		ade de Pregão Presencial, que:
Comp	lementar n°	rada microempresa, conforme inciso I do artigo 3º da Lei 123/06; ada empresa de pequeno porte, conforme inciso II do artigo 3º da
		r n.° 123/06;
limite	de R\$ 3.6	rativa, tendo auferido no calendário anterior, receita bruta até o 600.000,00 (tendo assim, direito aos benefícios previstos no Complementar n.º 123/06)
artigo	3° da Lei C	presa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do omplementar nº 123/06.
	1 0 .	
	-	onal contábil:
in" de	seu registro	junto ao CRC:

OBSERVAÇÃO: APRESENTAR FORA DO ENVELOPE DE PROPOSTA (ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTAS DE PREÇO)



ANEXO III Declaração de pleno atendir habilitação.	mento aos requ	isitos da proposta e dos documentos de
Ao MUNICÍPIO DE SOBRADI Ref.: PREGÃO PRESENCI		
declara, sob a constantes deste Pregão e se necessários para habilitação	as penas da I eus anexos, e qu o e proposta e	inscrita no CNPJ sob o no cei, conhecer e aceitar as condições de atendemos plenamente aos requisitos declaramos que cumpre plenamente os art 4°, inciso VII, da Lei nº 10.520, de
,	de	de 2020.
Assinatura:		
Razão Social da licitante e C	CARIMBO CO	M CNPJ
~		~

OBSERVAÇÃO: APRESENTAR DENTRO DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE N.º 02)



ANEXO IV - Modelo de declaração de idoneidade e de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da constituição federal;

DECLARAÇÃO		
Ref. Ao Pregão Presenci	al n.°/2020:	
	, por intermédio de seu	inscrita no CNPJ nº
Sr(a)	, por intermedio de set	
de Identidade nº	, DECLARA:	a do CDE a^0
com a Administração P 8.666/93 e alterações po parágrafo 2º do artigo qualquer fato superver acordo com as exigência b) o cumprimento Federal (proibição de t	sa não foi considerada inidôno Pública, nos termos do inciso esteriores, bem como em cumpo 32 da referida lei. Declaro niente à entrega dos documas do procedimento licitatório e ao disposto no inciso XXXIII o rabalho noturno, perigoso ou alho a menores de 16 anos, salv	IV, do artigo 87 da Lei n. primento ao que dispõe o também, que comunicarei entos de habilitação, de em epígrafe; do artigo 7° da Constituição insalubre a menores de 18
	(data)	
	Licitante	